



SECÇÃO DE ACÇÃO SECTORIAL DA REFER

Comunicado N.º 02/2011

A Banalização do Direito à Greve

A Greve é um direito legítimo dos trabalhadores que só deve ser utilizado em último recurso e com grande sentido de responsabilidade.

As Empresas do sector público de transportes: SOFLUSA, TRANSTEJO, METRO, STCP, CP e REFER, têm vindo a ser fustigadas por frequentes paralisações, embora apresentem défices operacionais acumulados incomportáveis, sendo que só as Empresas METRO, CP e REFER, têm um endividamento muito próximo de 13.000 milhões de euros. Com tal atitude, as organizações sindicais subscritoras, contribuem para a banalização do direito à greve e põem em causa a sobrevivência destas Empresas.

O actual surto grevista que assola as empresas, com algumas organizações sindicais a colocarem acima dos interesses gerais dos trabalhadores, os interesses corporativos e/ou de mera agitação política, prejudica seriamente os seus trabalhadores, e penaliza fortemente os utilizadores dos transportes públicos, tornando cada vez mais negro o futuro das empresas e colocando-as em risco de ruptura financeira a qualquer momento.

Parece que as corporações grevistas ainda não perceberam que estamos na pior crise de sempre, nacional e internacional, parecendo que só compreenderão quando faltarem os salários.

Com a sua prática, essas mesmas organizações estão a provocar objectivamente que o sector seja declarado em situação económica difícil, e conseqüentemente que os Acordos de Empresa sejam suspensos, e tornando inviável qualquer capacidade de recurso ao crédito, com as conseqüências que tal acarreta.

Não se pode permitir que todo o sector público ferroviário seja posto em causa em nome daqueles que reivindicam a manutenção de privilégios corporativos, sobretudo quando os montantes brutos auferidos, representam mais de 3.000€ mensais. A CP nestes dois meses de greves, já perdeu milhões de euros, e por conseqüência também a REFER, já que a redução de circulações implica perdas na sua receita, por redução do nº de comboios/quilómetro realizado.

Face à situação do País, face ao surto grevista, impõe-se que as administrações das empresas impeçam formas de paralisação do trabalho impróprias, obrigando ao efectivo cumprimento dos serviços mínimos. Ao mesmo tempo, deverão providenciar a celebração de pactos sociais com os Sindicatos, por forma a terminar com as greves e a encetar a recuperação financeira

das Empresas, garantindo a manutenção do maior número de postos de trabalho. É disso que o País precisa.

Da mesma forma que, recentemente os Portugueses foram testemunhas de uma página negra na Democracia portuguesa, protagonizada por uma oposição que optou claramente pela instabilidade, pela irresponsabilidade e pelo prejuízo para Portugal, ao assumirem a opção de rejeitar, sem apresentar alternativas, soluções aceites pelas instituições europeias, que evitariam um pedido de resgate de Portugal, também os ferroviários assistem a mais um capítulo negro em que, irresponsavelmente, algumas organizações sindicais, a troco da manutenção dos seus privilégios de grupo, estão a pôr em causa a sobrevivência das empresas e a subsistência dos postos de trabalho.

Lisboa, 06 de Abril de 2011

O Secretariado